



CIHA  
CENTRO DE INVESTIGACIONES  
HISTÓRICAS Y ARQUEOLÓGICAS

TIERRAS BAJAS – II JORNADAS DE ANTROPOLOGÍA, HISTORIA Y ARQUEOLOGÍA –  
14-16 de octubre de 2015

## **TERRITORIALIDAD TRANSFRONTERIZA DE LOS CONFLICTOS AGRARIOS**

### **Nelson de Lima Junior (UFGD) – “Allí y aquí está la frontera”: experiencias y trayectorias de brasiguayos en la lucha por la tierra**

La comunicación tiene como objetivo hacer algunas consideraciones acerca de la ocupación de la Gleba de Santa Idalina en Ivinhema-MS, por un grupo de alrededor de mil familias brasiguayos en 1985. Quería trazar estos sujetos frontera, señalando las razones. Ellos influyeron en el viaje a Paraguay desde la década de 1960 y el regreso más tarde en los años posteriores a 1980, cuando empiezan a entrar en los movimientos de lucha por la tierra en Brasil. Se sabe que los brasiguayos que ocuparon Santa Idalina vinieron de Paraguay a la ciudad de la frontera sur de Mato Grosso del Mundo Novo, donde estaban acampados cerca de seis meses, que viven en la "Ciudad de la lona", reclamando un pedazo de tierra. En 1986, se transfieren a un área que pertenece a la Sociedad de Mejoras y Colonización (Someco S / A), conocido como Gleba de Santa Idalina, que había sido invadido un año antes por cientos de campesinos sin tierra. Así se formó aquí el asentamiento Nuevo Horizonte, que más tarde dio origen a la ciudad de Novo Horizonte do Sul. En este sentido, es marca ocupación el regreso de los brasileños ahora brasiguaios a Brasil y es reconocido como un movimiento que trabajó. En cuanto a las fuentes que dan subvenciones para la investigación destaca las fuentes orales y escritas, así como análisis de los Trabajadores Rurales de periódicos y publicaciones de los Sin Tierra Diario de progreso.

### **Walter Marschner (UFGD)– Territorialização brasiguaiia. O caso do assentamento Itamarati em Ponta Porã -MS**

O presente trabalho investiga a territorialização camponesa no Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS, município fronteiro com Paraguai. Como um dos seus aspectos mais relevantes analisa-se a presença dos brasiguaios, grupo que compõem a maior parte do assentamento. A pesquisa procura abordar aspectos do processo migratório, tais como trajetória e itinerância, referenciamento temporal e geográfico dos processos de migração, estruturas de pertença e solidariedade, narrativas identitárias, constituição de redes de informação e cooperação, relações com as instituições, movimentos sociais e assentamentos. Dessa forma procura-se demonstrar a diversidade que compõe o universo camponês nos processos de territorialização dos assentamentos do MS.

### **Maria Lucia Cereda Gomide y Alex Mota Dos Santos (Universidade Federal de Rondônia) – A ocupação dos cerrados pela soja e as terras indígenas Xavante**

Este artigo tem como objetivo discutir a ocupação do Domínio Morfoclimático dos cerrados, pelo agronegócio em especial no estado do Mato Grosso, e o papel das terras indígenas que aí se localizam, como ilhas de biodiversidade. O recorte geográfico desta pesquisa são as terras indígenas Xavante no leste do Mato Grosso, este povo contava no ano de 2010, com população de cerca de 19.000 pessoas, sendo distribuídas em nove Terras Indígenas. A metodologia utilizada na pesquisa teve como enfoque o trabalho de campo nas terras indígenas e entorno, assim como levantamentos bibliográficos e processamento de imagens de satélite. Os resultados revelaram que os cerrados foram fortemente devastados nas últimas décadas e se apresentam muito fragmentados, com poucas áreas contínuas de tamanho significativo. Entre as áreas preservadas estão as terras indígenas Xavante, que tem as maiores extensões contínuas de cerrados no estado do Mato Grosso. Conclui-se que a manutenção dos territórios indígenas nos cerrados é de grande importância para a preservação da diversidade biológica dos cerrados.



CIHA  
CENTRO DE INVESTIGACIONES  
HISTÓRICAS Y ARQUEOLÓGICAS

## TIERRAS BAJAS – II JORNADAS DE ANTROPOLOGÍA, HISTORIA Y ARQUEOLOGÍA – 14-16 de octubre de 2015

### **João E. Fabrini (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) – A reprodução de relações não-capitalistas no espaço agrário de fronteira**

A fronteira é tema de investigação de diversas ciências feita a partir de parâmetros teórico-metodológicos diversos, o que implicou em diferentes abordagens e compreensões. Atualmente, no contexto da globalização do mercado capitalista, verifica-se, de um lado, a flexibilização de fronteiras e, de outro, num sentido oposto, o estabelecimento ou reforço de fronteiras. Assim, no contexto de expansão contraditória e desigual das relações capitalistas de produção, algumas fronteiras são derrubadas e outras são erguidas. A fronteira é o espaço existente entre territórios. A faixa mais ou menos ampla de limite entre os territórios forma o espaço de fronteira que pode ser entre territórios nacionais ou internos à nação. Nesse sentido, pode existir fronteira entre nações, unidades político-administrativas internas à nação ou ainda aquelas que não delimitadas pelas forças político-estatais, como a fronteira entre o território camponês e o território do agronegócio latifundiário, por exemplo. O espaço de limite entre os territórios (fronteira) apresenta-se essencialmente conflituoso, ou seja, esse espaço pode favorecer (ou dificultar) a ocorrência de conflitos sociais diversos. Destacam-se nos conflitos fronteiriços aqueles relativos à posse e uso da terra. São exemplares os conflitos resultantes da expansão da agricultura empresarial capitalista que avançam sobre territórios indígenas e camponeses. O espaço de fronteira é forjado no contexto desigual e contraditório do modo capitalista de produção, quando um processo geral se realiza num quadro territorial menor. Portanto, a fronteira possui características gerais e particulares. São características do espaço agrário de fronteira no Brasil as ilegalidades na apropriação de terra, ausência do Estado, utilização de terras para fins especulativos e acumulação rentista de capital, existência trabalho de análogo à escravidão, luta pela terra e atuação de movimentos sociais camponeses, dentre outras. Essas características, combinadas desigual e contraditoriamente uma à outra, e ao processo geral de acumulação capitalista, permitem afirmar que existe uma “questão agrária típica de fronteira”. Destaca-se dentre as características típicas de fronteira, a “ausência do Estado”, pois a partir dela desdobram-se outras características agrárias típicas desse espaço. A “ausência do Estado” desdobra-se na existência de ilegalidades diversas, fazendo desse espaço “terra sem lei”, lugar de perigo, contravenções diversas, sobretudo na apropriação de terras e recursos naturais. A ausência do Estado também deixa caminho livre para a prática de exploração e violência contra camponeses, indígenas, trabalhadores, etc. Mas, a fronteira não é espaço somente de conflitos e se verifica também encontros, agregações e interações a partir da condição social dos sujeitos que forjam movimentos sociais de luta pela terra, por exemplo. Tais encontros, agregações e interações a partir da condição social são mais amplos do que o suposto “hibridismo cultural” existente na fronteira.

### **Iracelma D. da Costa Silva y Tatiane Alves da Silva (UNEMAT) – Reforma agraria nas terras baixas do Oriente boliviano**

Este estudo aborda questões da reforma agrária no oriente boliviano a partir da Lei INRA (1996) e da Lei de Recondução Comunitária (2006). Analisando os conflitos que ocorrem quando os interesses de proprietários privados se opõem à regularização fundiária. O cenário é de disputa por território entre proprietários privados e as comunidades indígenas e campesinas, no qual alguns proprietários ou grandes posseiros dificultaram o saneamento em suas terras porque se apropriaram de terras comunais ou de áreas de preservação. Estes atores se organizam para conter os interesses mútuos e assegurar suas reivindicações que se manifestam, como conflitos de terras. Ressalta-se que outro motivo de conflito é a migração das populações andinas para o oriente. Algumas das propriedades são vistas como ilegais, porque ainda não passaram por uma revisão técnica e jurídica conforme a Lei INRA que previa a conclusão do processo de saneamento agrário em 10 anos, de 1996-2006. As terras do Oriente boliviano, não tinham uma demarcação formal, ou seja, não havia documentos registrados, possuíam apenas demarcações simples tais como, cercas de arame e postes que indicavam divisão de terras entre Chiquitanos e latifundiários e demonstravam os limites entre as terras privadas. Sob o governo de Evo Morales a Lei de recondução comunitária da Reforma



CIHA  
CENTRO DE INVESTIGACIONES  
HISTÓRICAS Y ARQUEOLÓGICAS

## TIERRAS BAJAS – II JORNADAS DE ANTROPOLOGÍA, HISTORIA Y ARQUEOLOGÍA – 14-16 de octubre de 2015

Agrária (2006) em tese recolocaria a preferência das ações do INRA em torno do reconhecimento e demarcação das terras de comunidades indígenas e camponesas, mas uma análise dos fatos parece não corresponder às intenções do legislador. A metodologia de pesquisa é qualitativa de cunho bibliográfico, com levantamento de informações em relatórios, cartilhas e livros.

### **Keli Régguas Dias (Universidade Federal de Rondônia/UNIR) – Participação das mulheres no território de identidade rural da zona da Mata – Ro: uma realidade ou uma expectativa?**

A presente comunicação procura apresentar uma discussão sobre a participação das mulheres no Território de Identidade Rural da Zona da Mata, localizado no Estado de Rondônia. Os projetos de colonização consolidados no período do governo militar brasileiro, sobretudo nos anos finais da década de 70, embasado na distribuição de pequenos lotes para colonos de diferentes locais do Brasil, consolidaram uma tradição de agricultura familiar para o atual Estado de Rondônia. Nos dias atuais o Estado de Rondônia apresenta uma dualidade ente os remanescentes da colonização com base em uma produção de núcleo familiar com seus meios e modos de desenvolver atividades em contraste com a expansão do agronegócio, representados pelos latifundiários que recebe inúmeros incentivos das agências do Estado. Dentro desta perspectiva os Territórios de Identidades Rurais tornam-se necessários para estabelecer discussões e apresentar demandas, principalmente, da agricultura familiar. Assim, a presente comunicação pretende apresentar discussões iniciais sobre a participação das mulheres nos debates e tomadas de decisões no colegiado do Território de Identidade Rural da Zona da Mata. Enquanto aporte teórico utiliza-se a dimensão de território apresentada por Marcelo Duncan (2013). Enquanto metodologia para o levantamento dos dados, utiliza-se os mecanismos dos trabalhos de campo, entre eles entrevistas com as mulheres envolvidas e oficinas temáticas. Em suma, a pesquisa pretende dimensionar a política pública do Território de Identidade Rural, no que toca uma efetiva e construtiva participação das mulheres nas decisões do colegiado do Território de identidade Rural da Zona da Mata, buscando dimensionar se o espaço do Território está sendo efetivamente ocupado pelas mulheres do campo.